

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações contábeis e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas e eventos significativos;
- b) divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma parte das demonstrações financeiras;
- c) fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações contábeis e consideradas necessárias para uma apresentação adequada;
- d) os fatores relacionados à entidade que podem influenciar as opiniões sobre a informação evidenciada, incluindo transações com partes relacionadas;
- e) critérios de mensuração de elementos patrimoniais, inclusive os métodos e as incertezas quanto à mensuração quando aplicáveis;
- f) o detalhamento dos montantes expostos nas demonstrações contábeis; e
- g) os itens que não satisfazem a definição de um elemento ou os critérios de reconhecimento, mas são importantes para a devida compreensão das finanças e da capacidade de prestar serviços da entidade, inclusive os efeitos possíveis sobre os fluxos de caixa ou potencial de serviços, as probabilidades de ocorrência e as sensibilidades a mudanças nas condições.

**Critérios: Artigo 5, item XV, da Instrução Normativa nº
065/2019/TCE-RO**

**Porto Velho/RO
2025**

Diretoria Executiva de Contabilidade - DEC





NOTAS EXPLICATIVAS 2025



SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	4
1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	5
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	8
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	9
3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	9
3.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11
3.1.3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	11
3.2. BALANÇO FINANCEIRO.....	12
3.2.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO.....	12
3.2.1.1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	12
3.2.1.2. RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	33
3.2.1.3. RESULTADO FINANCEIRO.....	13
3.3. BALANÇO PATRIMONIAL.....	14
3.3.1. ATIVO CIRCULANTE.....	14
3.3.2. PASSIVO CIRCULANTE.....	15
3.3.3. ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	16
3.3.3.1. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NÃO TRIBUTÁRIA.....	17
3.3.3.1.1. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2025.....	17
3.3.3.1.2. COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	18
3.3.3.1.3. CANCELAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA	18
3.3.3.1.4. AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA	18
3.3.4. IMOBILIZADO	19
3.3.4.1. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO, REAValiaÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL.....	19
3.3.6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	19
3.3.6.1. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO.....	20
3.3.6.2. PROVISÕES A LONGO PRAZO.....	21
3.3.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	24



3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	25
3.4.1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	26
3.4.2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	26
3.4.3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO.....	27
3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	28
3.5.1. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	28
3.5.2 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL.....	29



LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2025..... 17



LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – RELAÇÃO NOMINAL DE ÓRGÃOS CONSOLIDADOS..... 8

TABELA 02 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL ARRECADADA EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL DE CADA EXERCÍCIO..... 10

TABELA 03 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADA, LIQUIDADA E PAGA..... 11

TABELA 04 – RESULTADO FINANCEIRO..... 13

TABELA 05 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE..... 15

TABELA 06 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE..... 16

TABELA 07 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE..... 16

TABELA 08 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE..... 19

TABELA 09 – MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LP..... 22

TABELA 10 – PROVISÕES A LONGO PRAZO..... 23

TABELA 11 – SALDO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... 24

TABELA 12 – COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS..... 26

TABELA 13 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS..... 27

TABELA 14 – RESULTADO PATRIMONIAL..... 27



1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

O Município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com uma população de 460.434 (censo de 2022) e estimada em 517.709 (em 2025) habitantes e densidade demográfica de 13,51 habitantes por km², conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) é o município mais populoso de Rondônia, o 5º (quinto) mais populoso da Região Norte e o 49º (quadragésimo nono) do Brasil.

A Prefeitura de Porto Velho, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. Sete de Setembro, N° 237, Centro, Prédio do Relógio, nesta Capital, realiza suas funções por meio da Administração Pública composta pelos seus órgãos que compõem sua estrutura, agentes e entidades (fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes), que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Prefeitura de Porto Velho tem em suas operações a natureza predominante da prestação de serviços públicos, contando para tal mister as atividades principais, quais sejam a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de operações de créditos e as transferências voluntárias e a execução de despesa orçamentária para atender às suas finalidades precípuas.

No ano de 2025 houve alteração administrativa, através da Lei Complementar nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025, que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Município de Porto Velho, criando nova codificação, nomenclaturas e atribuições dos cargos em comissão.

A organização administrativa da prefeitura em 2025 apresenta a seguinte estrutura:

FUNDOS

Fundo Municipal de Saúde – FMS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS foi instituído por meio da Lei Nº 944, de 03 de abril de 1991, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Criado por meio da Lei Complementar Nº 510, de 26 de dezembro de 2013 e, regulamentado pelo Decreto Nº 5.681, de 05 de fevereiro de 2019, é instrumento captador e aplicador de recursos a serem utilizados de acordo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao qual é vinculado. O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados às ações de garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, as quais referem-se, prioritariamente a programas e projetos que visem o atendimento aos direitos ameaçados ou violados destes.

AUTARQUIAS

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM foi instituído como órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social de Porto Velho. Possui personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, incumbindo também, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e ainda prestar assistência médica, hospitalar, odontológica e social a seus beneficiários, em fundo assistencial específico, nos termos da legislação.

A partir de 2019, em cumprimento à determinação contida no Acórdão AC1-TC 00742/18 referente ao processo 01618/17 TCER, de 19.06.2018, foi promovida a separação contábil dos planos previdenciários – Plano Financeiro (CNPJ 28.918.321/0001-99) e Plano Capitalizado (CNPJ 28.918.276/0001-72) – em atendimento da legislação e transparência das informações previdenciárias devido à segregação de massa dos segurados.

Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV

Instituída pela Lei Complementar nº 1.013 de 19 de maio de 2025, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV é uma autarquia sob regime especial, dotada de autonomia orçamentária, financeira, funcional e administrativa, com sede e foro na cidade de Porto Velho, e prazo de duração indeterminado.



Conforme o Art. 4º da Lei Complementar, à Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município do Município de Porto Velho - ARDPV compete exercer o poder regulatório, normatizador, controlador e fiscalizador dos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados, bem como promover políticas de desenvolvimento econômico, territorial e social no âmbito do município de Porto Velho, de sua competência ou a ele atribuídos por outros entes federados, em decorrência de norma legal, regulamentar ou contratual;

FUNDAÇÕES

Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL

A Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada ao Gabinete do Prefeito, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, aperfeiçoar e desenvolver a Cultura e a Arte no Município de Porto Velho. Criada pela Complementar Nº 10 de 22 de setembro de 1993, alterada pela Lei Complementar Nº 204 de 07 de janeiro de 2005, e conforme dispõe o Art. 3º da Lei Complementar que a instituiu, a Fundação Cultural do Município de Porto Velho, por meio do seu Presidente, compete assistir o chefe do poder Executivo municipal nos assuntos inerentes a Cultura e Patrimônio, em especial na implantação de políticas culturais, contemplando a diversidade do segmento, bem como exercer as funções de direção, articulações institucionais e supervisão das atividades afetas à Fundação Cultural.

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR é pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos relativos ao desenvolvimento urbano, auxiliando a Municipalidade no cumprimento de suas atividades/obrigações. A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não possui capacidade contributiva, pois não distribui lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares nem têm por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao Poder Público Municipal, não recebendo contraprestação ou pagamento de taxas (espécie tributária) ou tarifa (preços públicos), vez que executa serviços públicos gerais (coletivos, indivisíveis), custeada com recursos municipais que lhe são destinados por meio de Leis (PPA, LDO e LOA), sendo a fonte de tais recursos o próprio tesouro municipal (produto da arrecadação dos impostos gerais e COSIP);

A consolidação das contas municipais inclui toda movimentação contábil dos órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal de Porto Velho, relacionados a seguir na Tabela 01.



Tabela 01 – Relação Nominal de Órgãos Consolidados

U. G.	Nome da UG	CNPJ	Unidade Jurisdicionada TCERO-SIGAP
Órgãos da Administração Direta			
0000	Prefeitura de Porto Velho	05.903.125/0001-45	37
0004	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	11.155.765/0001-17	165
0005	Fundação Cultural de Porto Velho	07.219.320/0001-86	134
0008	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Porto velho	32.482.383/0001-78	518
0009	Secretária Municipal de Educação	30.643.740/0001-40	520
Órgãos da Administração Indireta			
0002	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho	34.481.804/0001-71	125
0003	Fundo de Assistência a Saúde de Porto Velho	34.481.804/0001-71	166
0007	Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho	04.763.223/0001-61	135
0010	Fundo Previdenciário Financeiro do IPAM de Porto Velho	28.918.321/0001-99	516
0011	Fundo Previdenciário Capitalizado do IPAM de Porto Velho	28.918.276/0001-72	517
0013	Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Des. do Mun. de Porto Velho	61.228.919/0001-21	
Poder Legislativo			
0001	Câmara Municipal de Porto Velho	04.107.678/0001-29	89

Fonte: SIGAP Corporativo

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

No Balanço Geral constituído pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prefeitura Municipal de Porto Velho, objeto destas Notas Explicativas, consta de forma unificada as contas dos Poderes Executivo e Legislativo, compondo a Prestação de Contas de Governo relativa ao exercício de 2025, do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Leonardo Barreto de Moraes.

Todas as práticas contábeis foram elaboradas com base na legislação vigente, como a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 11ª edição (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público em vigência, na Instrução Normativa nº 65/2019/TCE-RO, demais normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e nas Instruções de Procedimentos Contábeis, consistentes para o exercício financeiro de 2025.



As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido desde 2013, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada, e é aplicado a todos os órgãos e entidades do Município de Porto Velho, inclusive Administração Indireta que realizam a escrituração contábil através do Sistema de Contabilidade Pública Gestão Pública Integrada - GPI. No Plano de Contas do Município, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza da informação.

Neste contexto, assinalamos que as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e Relatórios Contábeis, incluídas as presentes Notas Explicativas, nas quais estão contempladas as informações relevantes e complementares para a compreensibilidade das referidas demonstrações, elaboradas pela Diretoria Geral de Contabilidade do Município de Porto Velho, subordinada à Secretaria Executiva de Finanças e Contabilidade da Secretaria Municipal de Economia – SEMEC, guardou conformidade com a legislação aplicável à Contabilidade Aplicada ao Setor Público e às Finanças Públicas.

Por fim, importa destacar que o registro e a consolidação das informações ora apresentadas, além de demonstrarem à população os resultados obtidos, possibilitam a adequada prestação de contas (*accountability*) aos órgãos de controle e podem subsidiar os gestores para a tomada de decisões e fornecer o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal –TCE/RO.

3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.



O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica em Correntes e de Capital incluídas nessas as Receitas Intraorçamentárias, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada pelos seus valores líquidos arrecadados e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Abaixo a composição da Receita Total Arrecadada de 2025 em confronto com 2024 em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente:

Tabela 02 - Composição da Receita Total Arrecadada em relação ao orçamento total de cada exercício				
Composição das Receitas Totais	2025	%	2024	%
Receitas Tributárias	571.225.843,51	20,11	545.027.221,41	18,94
Contribuições	374.464.519,12	13,18	352.156.162,98	12,24
Patrimonial	111.963.519,23	3,94	63.810.465,71	2,22
Receita de Serviços	6.455.223,15	0,23	3.791.243,86	0,13
Transferências Correntes	1.638.821.988,11	57,69	1.611.562.763,39	56,00
Outras Receitas Correntes	68.144.611,56	2,40	69.059.573,97	2,40
Operações de Crédito	0,00	-	170.008.920,86	5,91
Alienação de Bens	134.253,00	0,00	0,00	-
Transferências de Capital	49.407.585,35	1,74	48.562.318,92	1,69
Outras Receitas de Capital	19.968.136,76	0,70	13.735.677,06	0,48
TOTAL	2.840.585.679,79	100,00	2.877.714.348,16	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercícios 2025

A tabela acima evidencia a composição das receitas totais arrecadadas no exercício de 2025 em confronto com as receitas arrecadadas do ano anterior. Nos exercícios de 2025 e 2024, as Receitas de Transferências Correntes compostas pelas transferências constitucionais e legais, corresponde a maior arrecadação, 57,69 % e 56,00 respectivamente.



3.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesa pública pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com a IPC – 07 Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma as despesas orçamentárias são apresentadas pelo seu valor total, incluindo nessas o valor das despesas intraorçamentárias na Modalidade de Aplicação 91.

Na Tabela abaixo, é demonstrada a execução da Despesa Orçamentária destacando as despesas intraorçamentárias no exercício de 2024:

Tabela 03 - Composição das Despesas Empenhada, Liquidada e Paga

Despesa Corrente	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
31.Pessoal e Encargos Sociais	1.637.219.293,02	1.465.068.762,02	1.463.112.024,64	1.463.041.234,86
32. Juros e Encargos da Dívida	54.196.706,86	53.534.034,18	53.534.034,18	52.491.809,55
33. Outras Despesas Correntes	1.342.771.548,06	1.131.836.696,57	1.041.150.965,45	1.034.759.223,36
44. Investimentos	190.515.478,28	89.650.376,22	42.828.953,43	41.667.517,47
45. Inversões Financeiras	22.190.657,00	19.650.000,00	19.650.000,00	19.650.000,00
46. Amortização da Dívida	50.651.988,20	50.468.212,19	50.468.212,19	49.204.787,65
Total da Despesa	3.297.545.671,42	2.810.208.081,18	2.670.744.189,89	2.660.814.572,89

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercícios 2025

3.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi Superavitário em **R\$ 30.377.598,61** e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 2.840.585.679,79) e a despesa empenhada (R\$ 2.810.208.081,18) no Balanço Orçamentário.



3.2. BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (versão Junho-2024) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal - TCERO.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispendios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispendios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os Extraorçamentários e dos dispendios orçamentários e Extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispendios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

3.2.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

3.2.1.1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária (NC 4.5.1) e Concedidas (NC 3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Velho, desconsiderando os Estornos.

Dentro do mesmo grupo de Transferências Financeiras é apresentada, inclusive, a movimentação de recursos financeiros entre as Unidades Gestoras do RPPS, onde é demonstrado o sub-repasse realizado entre os Fundos Financeiro, Capitalizado e Administrativo.

O valor total de Transferências Recebidas e Transferências Concedidas totalizam o mesmo montante de R\$ 777.960.070,54,



3.2.1.2. RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

No grupo de pagamentos extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, são obrigações financeiras provenientes de exercícios anteriores que representaram ingressos extraorçamentários, bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

3.2.1.3. RESULTADO FINANCEIRO

A tabela abaixo demonstra a conciliação do resultado orçamentário e financeiro em 2025, sabendo que o resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 30.377.598,61, o qual é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 2.840.585.679,79) e a despesa empenhada (R\$ 2.810.208.081,18) no Balanço Orçamentário

Tabela 04 – Resultado Financeiro

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro 2025	(Valores em R\$ 1,00)
1 - Resultado Orçamentário	30.377.598,61
2 - Restos a Pagar Inscrito no período (Despesas empenhadas e não pagas no exercício)	149.393.508,29
3 - Restos a pagar pagos no período (Despesas de anos anteriores pagas no exercício)	-122.531.875,14
4 - Saldos das Transações Extras orçamentárias (Depósitos restituíveis do passivo)	1.744.991,85
5 - Saldo de Outros Pagamentos e Recebimentos Extras orçamentários	90.520.587,91
6 - Saldos das Transferências Recebidas e Concedidas	-
7 - Diferença do saldo da Contas de Outras Mov. Financeiras (inclusão pela IPC – junho/2024	-614.085.458,25
(=) Resultado Financeiro do Período (1+2+3+4+5+6)	-464.580.646,73

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2025



O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro do exercício foi de - **R\$ 464.580.646,73** e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 766.189.738,67) e no início do ano (R\$ 1.230.770.385,40). O valor de - R\$ 464.580.646,73 representa o decréscimo das disponibilidades de caixa na Prefeitura de Porto Velho de 2024 para 2025.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V – Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal – TCERO.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Foi elaborado com a utilização da classe 1 (Ativo) e da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como das contas que representam passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

3.3.1. ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante compreende o disponível para a realização imediata, e os direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, apresentando a composição demonstrada na tabela a seguir.



Tabela 05 – Composição do Ativo Circulante

ATIVO CIRCULANTE	2025	%	2024	%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	766.189.738,67	34,08	1.230.770.385,40	63,21
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	125.350.873,64	5,58	-	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	3.201.687,41	0,14	3.856.838,04	0,20
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Div. Ativa Tributária e não Tributária)	32.959.233,00	1,47	29.283.026,40	1,50
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CP (Adtos./Dep. Rest./Créd. Prev./Outros Créditos)	217.766.269,98	9,69	197.448.830,19	10,14
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	1.068.717.056,60	47,54	454.720.880,25	23,36
ESTOQUES	34.049.400,98	1,51	30.890.962,66	1,59
VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE	-	0,00	-	0,00
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	2.248.234.260,28	100,00	1.946.970.922,94	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2025

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e não há restrições para o seu uso imediato.

Na composição do Ativo Circulante apresentado na tabela acima, pode-se observar que a maior parte dele em 2024 está concentrada nas contas de Caixa e Equivalente de Caixa e nos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, sendo 34,08% e 47,54% respectivamente.

Esses percentuais em 2024 correspondiam a 63,21% e 23,36% respectivamente, e a conta Caixa e Equivalente de Caixa estava contemplando os investimentos do Instituto de Previdência, porém foi avaliado que o nível adequado desses investimentos seria o nível 114 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO e não o nível 111 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, sendo realizada a reclassificação, o que alterou a composição do Ativo Circulante no exercício de 2025.

3.3.2. PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, apresentando a composição demonstrada no quadro a seguir.



Tabela 06 – Composição do Passivo Circulante

PASSIVO CIRCULANTE	2025	%	2024	%
OBRIG. TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	11.933.688,72	6,51	11.863.275,01	5,70
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	41.012.431,26	22,38	42.628.432,65	20,49
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	121.132.128,82	66,10	141.680.400,83	68,09
OBRIGAÇÕES FISCAIS	550.064,48	0,30	21.688,16	0,01
DEMAIS OBRIGAÇÕES	8.629.364,15	4,71	11.888.947,85	5,71
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	183.257.677,43	100,00	208.082.744,50	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2025

Na composição do Passivo Circulante apresentado na tabela acima, pode-se observar que a maior parte dele em 2025 está concentrada nas contas de Fornecedores e Contas a Pagar e nos Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, sendo 66,10% e 22,38% respectivamente.

3.3.3. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Ativo Não Circulante compreende os ativos que têm a expectativa de realização após os 12 meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado.

Conforme apresentado na Tabela abaixo, a maior parte do Ativo não circulante compreende o Ativo Realizável a Longo Prazo, correspondente a 53,03% do Ativo não Circulante, que é composto pela Dívida Ativa do Município e pelos Créditos a Longo Prazo (Elemento Moderador) do IPAM Assistência, seguido do Imobilizado com 46,77%.

Tabela 07 – Composição do Ativo Não Circulante

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2024	%	2024	%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	683.220.180,66	53,03	729.589.588,90	54,65
IMOBILIZADO	602.548.465,68	46,77	605.381.828,96	45,35
INTANGÍVEL	2.482.561,14	0,19	38,52	0,00
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.288.251.207,48	100,00	1.334.971.456,38	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2025



3.3.3.1. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

Em 2025, o saldo da Dívida Ativa Tributária, que é composto pelos créditos tributários a receber com prazo de pagamento vencido, totalizou R\$ 1.911.521.548,46, sendo R\$ 1.875.916.408,46 em Longo Prazo e R\$ 35.605.140,00, em Curto Prazo, antes do ajuste de perdas, cuja metodologia utilizada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária está detalhada em nota explicativa adiante. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2025 na Lei Orçamentária Anual - LOA.

O saldo da Dívida Ativa não Tributária totalizou R\$ 299.185.062,31 em 2025, sendo R\$ 298.168.832,31 em Longo Prazo e R\$ 1.016.230,00, em Curto Prazo

3.3.3.1.1. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2025

No exercício de 2025 foi inscrito o valor total de R\$ 235.689.899,50 em dívida ativa.

Quadro 01 - Créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa no exercício de 2025					
Descrição	Principal	Correção	Multas	Juros	Total
IPTU	47.234.709,13	2.291.954,29	9.887.781,56	3.506.769,17	62.921.214,15
ISS	35.060.844,98	16.660.707,11	9.893.259,60	47.776.188,11	109.390.999,80
TRSD	23.583.526,97	1.138.214,82	4.939.619,59	1.758.383,60	31.419.744,98
TX. PELO PODER DE POLÍCIA	11.757.936,55	690.533,23	2.482.122,52	816.329,46	15.746.921,76
TX. PELA PREST. SERV.	3.494,00	1.022,36	1.178,03	2.039,58	7.733,97
COSIP	4.030.697,93	226.772,43	85.150,44	537.187,96	4.879.808,76
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	25.422,67	18.878,97	8.751,54	55.992,66	109.045,84
Multa TCE	2.198.181,91	13.858,76	439.986,56	99.301,11	2.751.328,34
Autos de Infração	479.313,50	66.217,23	109.106,31	147.246,52	801.883,56
Outros créditos não tributários	4.621.259,08	843.786,43	1.091.983,04	1.104.189,79	7.661.218,34
Total da Inscrição	128.995.386,72	21.951.945,63	28.938.939,19	55.803.627,96	235.689.899,50

Fonte: Fechamento Dívida Ativa Sistema GPI-TRB– Exercício 2025



3.3.3.1.2. COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

A arrecadação da Dívida Ativa em 2025 totalizou R\$ 27.661.560,36, sendo R\$ 26.289.961,50 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 1.371.598,86 de Dívida Ativa não Tributária, conforme relatório Demonstrativo Acumulado da Dívida Ativa de 2025 emitido pelo Sistema Tributário.

3.3.3.1.3. CANCELAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA

Os valores cancelados no exercício de 2025 totalizaram R\$ 417.778.996,75 e se referem ao cancelamento da Dívida Ativa a título de baixas por prescrição, isenções/imunidade e cumprimento de determinação judicial. O valor do cancelamento em 2025 foi expressivo, principalmente por força da atuação do Grupo de Trabalho instituído através do Decreto 19.929, publicado no DOMER de 26.04.2024, que Designa servidores de Unidades Técnicas Setoriais para compor o Grupo de Trabalho de depuração, higienização, apuração, evidenciação contábil e definição da parametrização e fluxo das informações entre o Sistema Tributário e Sistema de Contabilidade relacionados à dívida ativa do Município de Porto Velho, que resultou numa baixa de valores incobráveis de créditos de IPTU, ITU, TRSD, ISS, Alvará de Funcionamento e Demais Taxas, COSIP, Auto de Infração e Foros.

3.3.3.1.4. AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA

A 10ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a Média Percentual de Recebimentos Passados. A média percentual de recebimentos passados utiliza a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios.

Do estoque total da dívida ativa a curto e longo prazo em 2025, que totaliza R\$ 2.210.706.610,77, apenas uma parte tem efetiva possibilidade de cobrança (21,84% a LP e 90% a CP), considerando a média de recebimentos passados.

Dessa forma, no ano de 2025 foi considerado o valor de ajustes de perdas de R\$ 1.391.880.154,12 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 220.009.724,81 de Dívida Ativa Não Tributária, totalizando R\$ 1.699.265.024,19, que representa 78,16% dos valores a receber a Longo Prazo e 10% dos valores a receber a Curto Prazo, sendo que estes percentuais são a diferença entre o saldo da dívida ativa e a média percentual de recebimentos dos últimos três exercícios, que foi de 21,84% das inscrições em dívida ativa.



3.3.4. IMOBILIZADO

O Imobilizado Consolidado do Município de Porto Velho, no final de 2025, totalizou **R\$ 602.548.465,68** (segregados em dois grupos: **(I) Bens Móveis**; e **(II) Bens Imóveis**.

3.3.4.1. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta Municipal, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 13.943/2015 que dispõe sobre gestão patrimonial dos bens móveis e da Instrução Normativa 05 de 2015 que institui os procedimentos de depreciação e reavaliação de bens móveis bem com a inserção das taxas de depreciação e registro dos lançamentos padronizados. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, na IN05/2015, disponível no sítio da Secretaria Municipal de Fazenda. O Decreto 14.666 de 04/08/2017 dispõe sobre a baixa dos bens móveis que compõem o acervo patrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal da Prefeitura do Município de Porto Velho.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis. Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir da data da colocação do bem em utilização com a incorporação no Sistema GPI/GMP.

3.3.6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo não Circulante compreende os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante. Abaixo a composição do Passivo não Circulante.

Tabela 08 – Passivo Não Circulante

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2024	%	2024	%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A LP	158.308.999,42	2,40	168.613.836,15	3,62
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	247.232.774,25	3,75	275.956.553,77	5,93
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	340.788.437,58	5,17	296.021.640,80	6,36
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	0,00	-	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	5.840.431.974,57	88,67	3.915.614.978,08	84,09
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.586.762.185,82	100,00	4.656.207.008,80	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2025



O Passivo não Circulante tem como item mais representativo as Provisões a Longo Prazo, tanto no exercício de 2024 quanto no exercício de 2025, como pode ser observado na tabela acima, e apresenta um valor total no exercício de 2025 na ordem de R\$ 5.840.431.974,57, representando 88,67% do total do passivo não circulante.

3.3.6.1. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

Esta conta está contempla o valor precatórios devidos pelos fornecedores a longo prazo do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Porto Velho – IPAM. Sendo dívidas com fornecedores da Assistência Médica (IPAM – Fundo de Assistência à Saúde), que variou de R\$ 37.188.293,33 em 2024, para R\$ 52.465.741,73 em 2025.

Ainda em relação aos precatórios, o Município de Porto Velho optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e posteriormente alterada pela Emenda 94/2016 e mais recentemente pela Emenda 99/2017.

No Município a opção foi formalizada através do Decreto nº 11.588, de 09 de março de 2010. Na prática, no regime eleito o ente deposita mensalmente, em uma conta bancária administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, um determinado percentual da receita corrente líquida, calculado sobre 1/12 (um doze avos) dessa mesma receita, apurada no segundo mês anterior ao mês de pagamento/depósito. Nesse mesmo sentido é a redação dos artigos 97, 2º, do ADCT e 19, caput, da Resolução 115/2010, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 115/2010).

Os depósitos são realizados em contas administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na Caixa Econômica Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da constituição federal e demais instrumentos indicados nos parágrafos anteriores.



3.3.6.2. PROVISÕES A LONGO PRAZO

As Provisões Matemáticas Previdenciárias representam o total estimado dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados ao longo do período de 75 anos e a forma como serão custeados. Os valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, em valor presente.

A 9ª edição do MCASP, aplicável a partir de 2022, estabeleceu, na Parte III, Capítulo 4, normas para a contabilização dos RPPS, determinando que o método de financiamento a ser usado para a contabilização das provisões matemáticas é o Crédito Unitário Projetado (PUC). A avaliação atuarial foi elaborada usando-se o método Agregado e as provisões matemáticas estão calculadas pelo método PUC.

Em 2025, para que a evidenciação do passivo atuarial seja representada no saldo final da conta contábil 2.2.7.2.0.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, foram contempladas as alterações trazidas na 10ª edição do MCASP, aplicável a partir de 2024, que atende a necessidade de registro da obrigação atuarial patrimonial para o ente instituidor do regime de benefício definido, conforme valores apresentados no relatório de avaliação atuarial. Dessa forma foi registrada no Município de Porto Velho, a Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira do Fundo em Repartição, ou seja, o resultado atuarial passou a causar impacto no patrimônio do Município de Porto Velho, tendo em vista este registro. Dessa forma, a conta Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, que contempla a Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira do Fundo em Repartição apresentou o saldo de R\$ 5.018.124.153,49.

O montante de R\$ 7.703.147.767,68 representa o valor provisionado a ser pago, sendo R\$ 2.853.711.078,83 de benefícios concedidos e R\$ 4.849.436.688,85 de benefícios a conceder. Esse montante é custeado pelos servidores ativos, inativos e pensionistas no valor de R\$ 688.770.682,96; pela Prefeitura Municipal como ente patrocinador do regime no montante de R\$ 788.787.721,77, pela compensação previdenciária entre regimes no montante de R\$ 385.157.388,38 e pelo patrimônio do regime no valor de R\$ 822.307.821,08, que totaliza R\$ 2.685.023.614,19.

Entretanto, essas contribuições não são suficientes para cobrir o montante de R\$ 7.703.147.767,68, o que gerou um déficit previdenciário matemático atuarial de R\$ 5.018.124.153,49, a ser custeado pelo Tesouro do Município ao longo do período de 75 anos. Feito o reconhecimento contábil dessa insuficiência financeira, o saldo final da Obrigação de Cobertura de Insuficiência Financeira é de R\$ 5.018.124.153,49. Abaixo a memória de cálculo e quadro completo do plano de contas das Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo.



Tabela 09 – Memória de Cálculo das Provisões Matemáticas Previdenciárias a LP

MEMÓRIA DE CÁLCULO – 2025

MONTANTE A SER PAGO (A)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	1.997.315.602,56	856.395.476,27	2.853.711.078,83
A CONCEDER	4.650.215.491,84	199.221.197,01	4.849.436.688,85
TOTAL (A)	6.647.531.094,40	1.055.616.673,28	7.703.147.767,68

FONTES DE RECURSOS / CUSTEIO (B)			
FONTES	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
SERVIDOR INATIVO	81.555.911,24	22.593.908,04	104.149.819,28
PENSIONISTA	7.256.749,24	4.223.920,15	11.480.669,39
COMPREV	99.865.780,13	42.819.773,81	142.685.553,94
ENTE - PMPV	699.502.383,82	89.285.337,95	788.787.721,77
SERVIDOR ATIVO	508.715.341,89	64.424.852,40	573.140.194,29
COMPREV	232.510.774,59	9.961.059,85	242.471.834,44
PATRIMÔNIO DO RPPS	-	822.307.821,08	822.307.821,08
TOTAL (B)	1.629.406.940,91	1.055.616.673,28	2.685.023.614,19

INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A-B)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	(1.808.637.161,95)	-	(1.808.637.161,95)
A CONCEDER	(3.209.486.991,54)	-	(3.209.486.991,54)
TOTAL (A-B)	(5.018.124.153,49)	-	(5.018.124.153,49)

COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (D)			
FONTES	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
OBRIG. COB. - BEN. CONC.	1.808.637.161,95	-	1.808.637.161,95
OBRIG. COB. - BEN. A CONC.	3.209.486.991,54	-	3.209.486.991,54
TOTAL (C-D)	-	-	-

Nota: O valor a ser pago é de R\$ 7.703.147.767,68; as fontes de custeio somam R\$ 2.685.023.614,19, o que gera uma insuficiência financeira de R\$ 5.018.124.153,49.



Tabela 10 – Provisões a Longo Prazo

PROVISÕES A LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
PROVISÕES A LONGO PRAZO	5.840.431.974,57	3.915.614.978,08
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	5.840.431.974,57	3.915.614.978,08
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.808.637.161,90	1.482.245.640,61
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	1.997.315.602,56	1.544.096.095,92
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(81.555.911,24)	(48.204.677,98)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(7.256.749,24)	(13.645.777,33)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(99.865.780,13)	-
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	3.209.486.991,54	1.853.500.272,74
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	4.650.215.491,84	2.800.662.018,59
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(699.502.383,82)	(496.221.323,81)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(508.715.341,89)	(450.940.422,04)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(232.510.774,59)	-
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	786.757.874,20	559.814.553,48
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	856.395.476,27	575.657.238,97
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(22.593.908)	(14.620.662,69)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(4.223.920)	(1.222.022,80)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(42.819.774)	-
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	35.549.946,81	20.054.511,25
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	199.221.197,01	160.588.146,78
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(89.285.338)	(77.694.196,34)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(64.424.852)	(62.839.439,19)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(9.961.060)	-
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	-	-
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(1.808.637.162)	(1.482.245.640,61)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(1.808.637.162)	(1.482.245.640,61)
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	(1.853.500.273)	(1.853.500.272,74)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	(3.209.486.992)	(1.853.500.272,74)
OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - INTRA OFSS	5.018.124.153,49	3.335.745.913,35
OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BEN. CONCEDIDOS	1.808.637.161,95	1.482.245.640,61
OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BEN. A CONCEDER	3.209.486.991,54	1.853.500.272,74
TOTAL	5.840.431.974,57	3.915.614.978,08



Na avaliação atuarial do exercício de 2025, a cobertura da insuficiência financeira totaliza R\$ 5.018.124.153,49, enquanto em 2024 totalizou R\$ 3.335.745.913,35.

Assim, cabe destacar que o valor da insuficiência financeira apurado na avaliação atuarial referente a 2025 no total de R\$ 5.018.124.153,49, foi registrado de acordo com o regramento e com as contas contábeis aplicados ao Plano Financeiro, em contas redutoras. Contudo, foi registrada a Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira do Fundo em Repartição no ente, ou seja, o resultado atuarial causa impacto no patrimônio do Município de Porto Velho.

3.3.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa. O Balanço Patrimonial no exercício de 2025 apresentou em seu ativo o montante de R\$ 3.536.485.467,76, enquanto o passivo totalizou R\$ 6.770.019.863,25, tendo como resultado um patrimônio líquido negativo no montante de -R\$ 3.233.534.395,49.

Tabela 11 – Saldo do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	SALDO FINAL EXERCÍCIO 2025
ATIVO	3.536.485.467,76
PASSIVO	6.770.019.863,25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(3.233.534.395,49)

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2025

A situação patrimonial negativa demonstrada na tabela acima foi calculada conforme o modelo de Balanço Patrimonial implementado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V – Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, que não considera os empenhos a liquidar que foram inscritos em restos a pagar (não processados) como parte componente do passivo circulante, somente os empenhos que foram liquidados (processados) são considerados obrigações a pagar (passivo).



No entanto, para atender a Lei 4.320/64, especificamente ao § 2º do art. 43, quanto ao cálculo do superávit financeiro, existe o quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” que considera os restos a pagar não processados como obrigações a pagar, sendo que ficam registrados no passivo financeiro.

O patrimônio líquido também sofre influência dos Ajustes realizados no exercício de 2025 referentes a exercícios anteriores, esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$ 5.875.195,05 a débito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influência de uma variação patrimonial diminutiva, alterando negativamente o patrimônio.

A apuração do resultado do exercício das Agências que foram extintas pela Lei Complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025 totalizou o valor de R\$ - 2.644.042,98 (negativo/déficit). Como as Agências foram extintas, a apuração do resultado do exercício das mesmas foi lançada contra a conta de ajuste de exercícios anteriores para "zerar" o saldo do Patrimônio Líquido e efetivar a extinção dos saldos contábeis dessas Unidades Gestoras. Portanto, no Balanço Patrimonial Consolidado, os valores da apuração do resultado do exercício das Agências que foram extintas estão figurando na linha "Resultados acumulados de exercícios anteriores".

A linha "Resultado do exercício" apresenta somente a apuração do resultado do exercício das demais Unidades Gestoras que totalizou o valor de R\$ - 1.643.169.315,77. A soma desta linha com a linha "Resultados acumulados de exercícios anteriores" no valor de R\$ R\$ -1.590.836.082,79 totaliza o valor de R\$ -3.234.005.398,56 que representa o Resultado Acumulado do Exercício (Superávits ou Déficits Acumulados), que somado a Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 471.003,07 apresenta o valor do Patrimônio Líquido de 2025 no valor de R\$ -3.233.534.395,49 (Déficit).

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o Resultado Patrimonial do Período pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.



O Resultado Patrimonial apurado no Anexo 15, Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei 4.320/64 deve ser somado aos ajustes de exercícios anteriores, Nível 2.3.7.1.1.03.00.00.00.00, para fins do cálculo da Variação do Patrimônio do exercício de 2025.

3.4.1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas:

Tabela 12 - Composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	Valor	%
Impostos, Taxas e contribuição de melhoria	776.698.363,14	16,31
Contribuições	283.643.055,58	5,96
Explor. e venda de bens, serv. e direitos	6.958.159,74	0,15
Var. patrim. aumentativas financeiras	751.399.658,64	15,78
Transferências e delegações recebidas	2.661.117.268,30	55,87
Valor. e ganhos c/ ativos e desinc. de passivos	142.471.388,07	2,99
Outras variações patrimoniais aumentativas	140.596.918,35	2,95
TOTAL	4.762.884.811,82	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2025

3.4.2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Diminutivas.



Tabela 13 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	Valor	%
Pessoal e encargos	1.544.033.424,51	24,09
Benefícios previd. e assistenciais	45.897.162,27	0,72
Uso de bens, serv. e cons. de capital fixo	629.686.038,96	9,83
Var. patr. diminutivas financeiras	343.930.081,64	5,37
Transf. e delegações concedidas	1.146.150.661,74	17,88
Desval. e perdas de ativos e incorp. de passivos	578.617.051,68	9,03
Tributárias	27.132.551,71	0,42
Outras var. patr. diminutivas	2.093.251.970,29	32,66
TOTAL	6.408.698.942,80	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2025

3.4.3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Exercício” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de **R\$ 1.645.814.130,98** negativo, ou seja, as variações aumentativas foram menores que as diminutivas influenciando diretamente na diminuição do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Déficit no exercício de 2025.

Tabela 14 - Resultado Patrimonial

VPA X VPD 2024	Valor
Total das VPAs	4.762.884.811,82
Total das VPDs	6.408.698.942,80
Resultado Patrimonial do Exercício de 2025	(1.645.814.130,98)

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2025



3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

3.5.1. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) Demonstrativo de Fluxo de Caixa – DFC, foi elaborado em consonância com a IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, se utilizando das contas da Classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, funções e subfunções, bem como, realiza filtragens necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentando as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. O Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas corresponde às transferências financeiras recebidas da União e dos Estados mais as transferências intragovernamentais, que apresenta o valor total de transferências entre as unidades gestoras do Município mais outras transferências correntes recebidas e concedidas.
- b) O total da Linha **Outras Receitas/Ingressos Operacionais** corresponde ao somatório das Outras Receitas (orçamentário) de Natureza NR19, de valor arrecadado no ano R\$ 68.145.079,19, somadas as Transferências Financeiras Recebidas (extraorçamentário) no montante R\$ 777.960.070,54, Outras Movimentações Financeiras Recebidas R\$ 979.235.297,71, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (extraorçamentário) R\$ 1.459.948.681,09 e Outros Recebimentos Extraorçamentários R\$ 156.196.615,02 ambos constantes do Balanço Financeiro, totalizando em R\$ 3.441.485.275,92.
- c) O total da Linha **Outros Desembolsos Operacionais** corresponde ao valor de Transferências Financeiras Concedidas R\$ 777.960.070,54, Outras Movimentações Financeiras Concedidas R\$ 1.593.320.755,96, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados(extraorçamentário) R\$ 1.458.203.689,24 e Outros Pagamentos Extraorçamentários R\$ 65.676.027,11 constantes do Balanço Financeiro, totalizando em R\$ 3.895.160.542,85.



3.5.2 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

Os Saldos de Caixa e Equivalente de Caixa são conciliados entre os demonstrativos do Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, a fim de evidenciar a disponibilidade de caixa do Município, que em ambos os demonstrativos corresponde a **R\$ 766.189.738,67**,

Nadya Karolina de Melo
Diretora Geral de Contabilidade

Wagner Garcia de Freitas
Secretário Municipal de Economia

Jonhy Milson Oliveira Martins
Controlador Geral do Município

Leonardo Barreto de Moraes
Prefeito